

SUMÁRIO

O TELEFONE	29
NOTA À VIGÉSIMA PRIMEIRA EDIÇÃO.....	31
NOTA À VIGÉSIMA EDIÇÃO	33
NOTA À DÉCIMA NONA EDIÇÃO	35
NOTA À DÉCIMA OITAVA EDIÇÃO	37
NOTA À DÉCIMA SEXTA EDIÇÃO.....	41
NOTA À DÉCIMA QUINTA EDIÇÃO	43
NOTA À DÉCIMA TERCEIRA EDIÇÃO	45
NOTA À DÉCIMA SEGUNDA EDIÇÃO	47
NOTA À DÉCIMA EDIÇÃO	49
NOTA À NONA EDIÇÃO	51
NOTA À OITAVA EDIÇÃO.....	53
NOTA À SÉTIMA EDIÇÃO	55
PREFÁCIO À SÉTIMA EDIÇÃO.....	57
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO.....	59
 Capítulo I	
CONTEXTUALIZANDO O CDC	65
1. O CDC como um “microssistema legislativo”	65
2. O que são normas de “ordem pública e interesse social”?.....	66
3. Autonomia e heteronomia	68
4. O CDC como uma “lei de função social”	70
5. O fundamento constitucional do CDC	71

6. Questões de Concursos	73
7. Quadro Sinótico.....	74

Capítulo II

CARACTERÍSTICAS DO CDC.....	75
1. Normas principiológicas	75
2. Vocação de expansão	79
2.1 A questão do superendividamento: contextualização e aspectos gerais	80
3. Diálogo das fontes	83
4. Irrelevância dos aspectos formais.....	85
5. Questões de Concursos	87
6. Quadro Sinótico.....	87

Capítulo III

PRINCÍPIOS DO CDC.....	89
1. Vulnerabilidade do consumidor.....	89
1.1 Vulnerabilidade digital	92
1.2 Obsolescência no direito do consumidor	94
2. Transparência.....	95
3. Informação	99
4. Segurança.....	108
5. Equilíbrio nas prestações.....	116
6. Reparação integral.....	124
7. Solidariedade.....	129
8. Interpretação mais favorável ao consumidor (interpretação contra o estipulante)	136
9. Boa-fé objetiva	141
10. Reparação objetiva	145
11. Adimplemento substancial.....	150
12. “Venire contra factum proprium”	152
13. Conservação do contrato.....	153
14. Modificação das prestações desproporcionais.....	155
15. Equidade	157
16. Harmonia nas relações de consumo	160
17. Acesso à justiça	163

18. Questões de Concursos	176
19. Quadro Sinótico.....	177

Capítulo IV

RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	179
1. Os sujeitos.....	179
2. Identificando o consumidor e o fornecedor	180
2.1. A quem se aplica o CDC? As definições jurisprudenciais brasileiras	180
2.1.1. Situações em que, segundo o STJ, não se aplica o CDC	180
2.1.2. Situações em que, segundo o STJ, aplica-se o CDC	184
2.2. Internet e relações de consumo no STJ	190
2.2.1. O Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014)	194
2.2.2. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018).....	197
2.2.3. O Marco das Criptomoedas (Lei n. 14.478/2022)	200
2.2.4. O ECA Digital	211
2.2.4.1. Contexto	211
2.2.4.2. Deveres no ECA Digital	213
2.2.4.2.1. Dever de observar a prioridade absoluta e o melhor interesse da criança e do adolescente.....	213
2.2.4.2.2. Dever de adotar a configuração mais protetiva (por padrão)	213
2.2.4.2.3. Deveres de gestão proativa e contínua de riscos	213
2.2.4.2.4. Deveres de informação e de transparência qualificada	214
2.2.4.2.5. Deveres de governança e <i>accountability</i>	214
2.2.4.2.6. Deveres de supervisão parental.....	215
2.2.4.3. Vedações criadas pelo ECA Digital	216
2.2.4.3.1. Vedação ao perfilamento para publicidade comercial	216
2.2.4.3.2. Vedação ao uso de análise emocional e tecnologias imersivas na publicidade	216
2.2.4.3.3. Vedação à monetização e impulsionamento de conteúdo sexualizado ...	216

2.2.4.3.4	Vedação a <i>Loot Boxes</i>	216
2.2.4.3.5.	Vedação a <i>Dark Patterns</i> (padrões obscuros)	217
2.2.4.3.6.	Vedação ao uso de dados de verificação de idade para outras finalidades.	217
2.2.4.3.7.	Vedação à autodeclaração simples de idade	217
2.2.4.3.8.	Vedação de sistemas pouco protegidos	217
2.2.4.3.9.	Vedação de notificações que resultem em uso excessivo ou compulsivo	217
2.2.4.3.10.	Vedação da vigilância massiva pelo poder público	218
2.2.4.4.	Sintetizando o ECA Digital	218
2.3.	Os profissionais liberais são fornecedores de serviços?	219
3.	Teorias “maximalista” e “minimalista”	222
4.	Compreendendo a expressão “destinatário final”	223
4.1.	Ampliações jurisprudenciais do conceito do “destinatário final”	225
5.	A pessoa jurídica como consumidora	228
6.	Consumidor pessoa física e consumidor pessoa jurídica: presunções	228
7.	Possibilidade de limitar a indenização: consumidor pessoa jurídica	229
8.	Consumidor por equiparação	230
8.1.	As três hipóteses previstas do consumidor por equiparação (art. 2º, parágrafo único; art. 17; art. 29)	230
8.2.	Os “bystanders”: consumidores sem contrato de consumo	233
9.	Responsabilidade contratual e extracontratual: irrelevância no CDC	235
9.1.	Exceção: juros de mora	236
9.1.1.	Responsabilidade contratual	236
9.1.2.	Responsabilidade extracontratual	236
9.2.	Prazos prescricionais nas responsabilidades contratual e extracontratual, segundo o STJ	237
10.	Questões de Concurso	238
11.	Quadro Sinótico	251

Capítulo V

RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

1.	Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço	256
----	--	-----

2. Vício do produto.....	257
3. Vício do serviço	260
4. Fato do produto	260
5. Fato do serviço	262
6. Perigo intrínseco.....	264
7. Prazo decadencial do vício.....	264
8. Prazo prescricional do fato.....	267
9. Responsabilidade objetiva do fornecedor	267
10. Ausência do defeito: prova a cargo do fornecedor	270
11. Comerciante: responsabilidade subsidiária?.....	270
12. Questões de Concursos	272
13. Quadro Sinótico.....	273

Capítulo VI

EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE..... 275

1. Excludentes de responsabilidade: quais são aceitas no sistema de consumo?	275
2. Caso fortuito ou força maior.....	276
2.1. Irrelevância da distinção	277
2.2. Distinção relevante.....	278
2.2.1. Fortuito interno.....	278
2.2.2. Fortuito externo	279
2.3. A análise dos riscos assumidos pelo fornecedor (a questão da <i>esfera de risco</i>)	281
3. Culpa exclusiva da vítima.....	284
4. Fato exclusivo de terceiro	285
5. Culpa concorrente	287
6. Teoria do risco do desenvolvimento	289
7. Compreendendo a distinção entre excludentes de ilicitude e excludentes de responsabilidade civil.....	292
8. Questões de Concursos	296
9. Quadro Sinótico	298

Capítulo VII

DANOS MORAIS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO..... 299

1. Breve panorama legislativo e jurisprudencial	300
---	-----

2. Indenização ressarcitória e indenização compensatória	302
3. Morte de familiar: quem poderá propor ação contra o fornecedor de produtos ou serviços?.....	303
4. Quais agressões perfazem dano moral?.....	304
5. Danos não patrimoniais de alguma gravidade	307
6. Se a vítima falecer antes de propor ação, os herdeiros podem fazê-lo?.....	310
6.1. O dano moral reflexo pode se caracterizar ainda que a vítima direta do evento danoso sobreviva?	311
7. A quantificação do dano moral	312
7.1. A questão da condenação em valor inferior ao postulado	314
8. O STJ pode alterar valores de dano moral?.....	315
9. A condição econômica do autor do dano e da vítima influem na fixação do valor?.....	316
9.1. O critério bifásico na quantificação do dano moral	319
10. A dúlice função do dano moral (aspecto punitivo ou pedagógico)	321
11. CDC x Convenção de Varsóvia: indenização por perda de bagagem	324
12. O dano moral sofrido por consumidor pessoa jurídica	327
13. Dano moral pode resultar do descumprimento do contrato pelo fornecedor de produtos ou serviços?	328
14. Dano moral e dano estético podem ser cumulados?	330
15. Como se provam os fatos constitutivos do dano moral? A questão dos danos <i>in re ipsa</i>	332
16. A questão do nexo causal no dano moral	334
16.1. Repensando o nexo causal: flexibilizações e presunções do nexo causal.....	338
17. Responsabilidade civil das empresas de estacionamento	339
17.1. Excludentes de responsabilidade civil	340
17.2. Irrelevância da gratuidade.....	341
17.3. Outras hipóteses	342
17.3.1. Shopping centers ou supermercados.....	342
17.3.2. Estacionamento de hospital.....	344
17.3.3. Estacionamento de hotel.....	344
17.3.4. Estacionamento por manobristas de restaurantes.....	344
17.3.5. Estacionamento de postos de combustível	345
17.3.6. Estacionamento de universidades.....	346
18. Responsabilidade civil no transporte de pessoas	347

18.1. Contextualização	347
18.2. Obrigação de meio ou de resultado? Cláusula de incolumidade.....	347
18.3. O dano causado por terceiro: responde a empresa de transporte? ...	347
18.3.1. Dano conexo ao transporte	347
18.3.2. Dano desconexo ao transporte.....	348
18.4. Transporte gratuito ou de mera cortesia	349
18.5. Excludentes de responsabilidade.....	350
18.5.1. Culpa exclusiva da vítima	350
18.5.2. Caso fortuito ou força maior (Código Civil, art. 393, parágrafo único)	351
18.5.2.1. Fortuito interno e fortuito externo	352
18.5.2.1.1. Fortuito interno.....	352
18.5.2.1.2. Fortuito externo	353
18.5.2.1.2.1. Uma brevíssima análise crítica	355
18.5.3. Culpa concorrente.....	355
18.6. Cláusulas de irresponsabilidade ou de não indenizar	356
18.7. Aplicação do CDC ao contrato de transporte	357
18.8. Danos causados a terceiros (não passageiros).....	357
19. Responsabilidade civil dos médicos: contextualização e lastro normativo	358
19.1. Médicos x advogados: posições diferenciadas do STJ	359
19.2. Consequências da aplicação do CDC aos médicos	360
19.3. Responsabilidade civil dos hospitais particulares: um regime diferenciado (duas formas diversas de responsabilidade)	362
19.4. Danos sofridos em hospitais públicos ensejam a aplicação do CDC? Uma reflexão contextualizada	366
19.4.1. Serviços públicos sociais	369
19.5. Dever de atendimento em casos de urgência, mesmo nos estabelecimentos privados	370
19.6. Disciplina do Código Civil, seguro de responsabilidade civil e código de ética médica	371
19.7. O uso construtivo do silêncio: técnicas de contenção judicial.....	373
19.7.1. Dever de tutela do melhor interesse do paciente	374
19.8. A responsabilidade médica como contratual: há relevância?	375
19.9. A questão da equipe médica: até que ponto uns respondem por atos de outros?	376

19.10. A reexecução dos serviços: o paciente pode ser constrangido a realizá-los com o mesmo médico?	377
19.11. É necessário que a culpa do médico seja grave?.....	378
19.11.1. Erros grosseiros e reflexos no quantum indenizatório	379
19.12. A questão do consentimento do paciente	380
19.13. O erro de diagnóstico	381
19.14. Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos.....	382
19.14.1. Obrigações de meio	382
19.14.2. Obrigações de resultado.....	382
19.14.2.1. Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente.....	383
19.14.3. Procedimentos de natureza mista.....	385
19.14.4. A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos?.....	385
19.15. Aplicação da teoria da perda da chance à responsabilidade médica	388
19.16. Inversão do ônus da prova, teoria da distribuição dinâmica e outras tendências que se fortalecem na legislação, doutrina e jurisprudência	389
20. PERDA DA CHANCE	394
21. DANO TEMPORAL	396
22. Dano moral coletivo.....	397
22.1. A questão da ilicitude lucrativa	402
23. Dano social.....	404
24. Dano institucional.....	405
25. Questões de Concursos	406
26. Quadro Sinótico.....	407

Capítulo VIII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO CDC

1. Decadência (vício do produto ou serviço).....	411
1.1. Vício oculto	411
1.1.1. Produtos duráveis	412
1.1.2. Produtos não duráveis.....	412
1.2. Início da contagem do prazo na hipótese de existir garantia contratual.....	412

1.3.	Vício aparente	413
1.4.	Causas que suspendem a decadência	413
2.	Prescrição (fato do produto ou serviço)	414
2.1.	Quando se inicia a contagem do prazo prescricional?	417
2.2.	Teoria da <i>actio nata</i> : critérios objetivo e subjetivo	418
3.	Conflitos entre o CDC e CC/2002: interpretação favorável ao consumidor	422
3.1.	Acidentes com passageiros no transporte de pessoas	422
3.2.	Inclusões indevidas em cadastros negativos	424
3.3.	Ação para exigir contas (CPC/2015, arts. 550 e seguintes)	425
3.4.	Prazo prescricional para questionar cláusulas abusivas em contratos de consumo (revisão e pretensão condenatória à devolução dos valores)	426
3.5.	Repetição de indébito de tarifas de água e esgoto	427
3.6.	Algumas questões relativas aos seguros	427
3.7.	Outras questões decididas pelo STJ	428
4.	Questões de Concursos	428
5.	Quadro Sinótico	430

Capítulo IX

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	431
1. Desconsideração da personalidade jurídica	431
2. CDC: primeira lei brasileira a prevê-la.....	431
3. Desconsideração da personalidade jurídica sempre que esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos consumidores	433
3.1. Teoria maior e teoria menor da desconsideração	434
3.1.1. Teoria maior	434
3.1.2. Teoria menor	434
4. Críticas ao art. 28 do CDC	436
5. Sociedades integrantes de grupos societários, sociedades controladas, sociedades consorciadas e sociedades coligadas	436
6. O juiz pode declarar a indisponibilidade dos bens na própria sentença declaratória de falência?	437
7. A aplicação da teoria significa encerramento das atividades da pessoa jurídica?.....	438
8. Aplicação da teoria da desconsideração pela administração pública.....	438

9. A questão da sociedade irregular ou de fato.....	439
10. Há necessidade de propositura de ação autônoma?.....	439
11. Desconsideração inversa	440
12. A desconsideração na Lei da <i>Liberdade Econômica</i> (Lei n. 13.874/2019) .	441
13. Questões de Concursos	445
14. Quadro Sinótico.....	446

Capítulo X

PRÁTICAS COMERCIAIS.....	447
1. Pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas comerciais.....	447
2. O efeito vinculante da oferta publicitária.....	450
3. O dever de prestar informações corretas e precisas.....	452
4. Oferta de peças de reposição.....	453
5. Venda por telefone ou reembolso postal.....	454
6. Solidariedade do fornecedor pelos atos dos prepostos ou representantes autônomos	454
6.1. Teoria da aparência	455
7. Opções para o consumidor na hipótese de o fornecedor recusar cumprimento à oferta publicitária	457
8. Questões de concursos.....	458
9. Quadro Sinótico.....	459

Capítulo XI

A PUBLICIDADE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	461
1. A publicidade na sociedade atual.....	461
1.1. Direito de identificação da mensagem como sendo publicitária.....	462
1.2. Dever do fornecedor de manter dados técnicos que lastreiam as informações publicitárias	463
2. Publicidade enganosa.....	464
2.1. Publicidade enganosa por omissão.....	466
2.2. Publicidade enganosa resultante de erro de terceiro.....	468
3. Publicidade abusiva.....	468
4. A força vinculante da publicidade para o fornecedor.....	470
5. Ônus da prova na comunicação publicitária	470
6. A contrapropaganda.....	471
7. Princípios peculiares à publicidade nas relações de consumo	471

8. Os influenciadores digitais	473
9. Questões de Concursos	475
10. Quadro Sinótico.....	476

Capítulo XII

PRÁTICAS ABUSIVAS.....	477
1. Venda casada ou imposição de limites quantitativos pelo fornecedor	478
2. Recusa de contratar pelo fornecedor	480
3. Produtos enviados sem solicitação prévia.....	481
4. Aproveitamentos das vulnerabilidades específicas do consumidor	482
5. Exigência de vantagens excessivas.....	482
6. Execução de serviço sem orçamento prévio	483
7. Repasse de informações depreciativas relativas a consumidor	484
8. Inserção no mercado de produto em desacordo com as normas técnicas..	485
9. Recusa de venda de bens ou prestação de serviços.....	485
10. Elevação sem justa causa do preço de produtos ou serviços	486
11. Ausência de prazo para cumprimento de obrigação pelo fornecedor.....	487
12. Aplicação de fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratual- mente estabelecido	488
13. Orçamento: dever de entrega, vinculação e prazo de validade	488
14. Produtos ou serviços sujeitos ao regime de controle de preços	490
15. Cobrança de dívidas.....	491
15.1. Proibição de constrangimentos ou exposição do consumidor ao ri- dículo	491
15.2. Direito do consumidor cobrado indevidamente ao dobro do que houver pago.....	493
15.2.1. Pagamento fundado em cláusula contratual posteriormen- te declarada nula enseja devolução em dobro?.....	494
15.2.2. É preciso provar culpa do fornecedor para incidência do art. 42?.....	494
16. Planos de saúde: experiência brasileira e função social	495
17. Questões de Concursos	509
18. Quadro Sinótico.....	510

Capítulo XIII

BANCO DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES	513
1. Acesso do consumidor às informações a ele relativas	513
2. Limite temporal de consignação das informações negativas: 5 anos.....	514
2.1. Termo inicial da contagem dos 5 anos	515
3. Dever de comunicação por escrito ao consumidor	516
3.1. De quem é o dever de comunicação?	517
3.2. É suficiente a prova do envio da comunicação?	518
3.3. A comunicação ao consumidor é necessária em se tratando de re- produção de dados existentes em banco de domínio público?	518
3.4. De quem é o dever de comunicar o pagamento da dívida?	519
4. Dívida discutida em juízo pode ser inscrita?	520
5. Dano moral decorrente de indevida inscrição em cadastro negativo	521
5.1. Desnecessidade da prova de prejuízo concreto	522
5.2. Há dano moral se já havia inscrição anterior?	523
5.3. Valores de indenização	523
5.4. Controvérsia restrita apenas ao valor da dívida	524
5.5. Prazo prescricional.....	524
6. Bancos de dados como entidades de caráter público.....	525
7. Prescrição dos débitos e cadastros negativos.....	525
7.1. Prescrição da ação de cobrança, não do título executivo.....	525
8. Bancos de dados contra maus fornecedores	526
9. Questões de Concursos	527
10. Quadro Sinótico.....	529

Capítulo XIV

NEGÓCIOS JURÍDICOS – PRINCÍPIOS CLÁSSICOS E ATUAIS	531
1. Contextualizando: tentando entender o ontem e o hoje	531
2. Tríplice escolha da vontade	532
2.1. Persiste a tríplice escolha?	532
2.1.1. Crescente objetivação do conteúdo negocial	533
3. Igualdade formal.....	534
3.1. Igualdade material ou substancial.....	534
4. <i>Pacta sunt servanda</i>	535
4.1. Boa-fé objetiva	535

4.1.1.	Funções da boa-fé objetiva	536
4.1.2.	A teoria dos atos próprios e a boa-fé objetiva	538
4.1.2.1.	<i>Venire contra factum proprium</i>	539
4.1.2.2.	Adimplemento substancial (substancial performance)	540
4.1.2.3.	<i>Supressio e surrectio</i>	541
4.1.2.4.	<i>Tu quoque, exceptio doli e exceptio non adimpleti contractus</i>	542
4.1.2.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i> (dever de mitigar o prejuízo)	543
5.	Relatividade dos contratos	543
5.1.	Função social dos contratos	544
6.	Autonomia da vontade	545
6.1.	Repúdio ao abuso de direito	546
7.	Questões de Concursos	546
8.	Quadro Sinótico	547

Capítulo XV

PROTEÇÃO CONTRATUAL	549
1. O contrato de consumo: distância do modelo clássico	549
2. A função social dos contratos	549
3. Necessidade de prévio conhecimento do conteúdo contratual pelo consumidor	549
4. Necessidade de redação clara e inteligível dos contratos de consumo	550
4.1. São válidas as limitações contratuais de direitos do consumidor? ...	551
5. Necessidade de interpretação favorável ao consumidor	552
5.1. Como interpretar a expressão “danos pessoais” nos contratos de seguro	554
6. Escritos particulares, recibos e pré-contratos	554
7. Direito de desistência imotivada sete dias após a conclusão do contrato ...	555
7.1. Devolução dos valores pagos pelo consumidor	557
8. Garantia contratual	557
8.1. Como se conta o prazo da garantia contratual?	558
9. O novo comércio eletrônico na atualização do CDC	559
10. Questões de Concursos	562
11. Quadro Sinótico	563

Capítulo XVI

CLÁUSULAS ABUSIVAS	565
1. Sistema de nulidades do CDC	565
2. Análise das cláusulas abusivas do CDC.....	566
3. Cláusulas de abertura: a importante função da jurisprudência	577
3.1. Ofensa aos princípios fundamentais do sistema jurídico	577
3.2. Restrição de direitos fundamentais ou violação do equilíbrio contratual.....	578
3.3. Cláusula excessivamente onerosa para o consumidor: análise das circunstâncias peculiares ao caso	584
4. É possível separar a cláusula abusiva do restante do contrato?	585
5. Controle abstrato das cláusulas abusivas.....	586
6. Contratos que envolvam outorga de crédito ou financiamento: dever de informação	586
6.1. Sujeição das instituições financeiras ao CDC.....	587
6.1.1. Capitalização dos juros.....	589
6.1.2. Comissão de permanência.....	589
6.1.3. Juros superiores a 12% ao ano.....	590
6.1.4. Taxa referencial	591
6.1.5. Comissão de concessão de crédito.....	592
6.1.6. O banco responde por defeito de produto obtido a partir de financiamento bancário?	592
6.1.7. Cobrança indevida pela emissão de boletos bancários.....	592
6.1.8. Informações fornecidas pelas instituições financeiras ao Sisbacen.....	593
6.1.9. Novas teses fixadas pelo STJ a respeito dos contratos bancários, em sede de recursos repetitivos (Tema 958).....	593
6.1.10. As propostas do Plano Nacional de Consumo e Cidadania	593
6.1.11. Cartões de crédito e débito	595
7. Multas de mora: limite nos contratos de consumo	598
8. Pagamento antecipado da dívida: redução dos juros e encargos	599
9. Nulidade das cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas.....	599
10. Restituição dos valores nos contratos de consórcio.....	602
11. Obrigatoriedade de que os valores sejam expressos em moeda nacional...	603
12. Sanções administrativas.....	603

12.1. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	609
12.2. Departamento Nacional de Defesa do Consumidor	611
12.3. Convenção coletiva de consumo.....	612
13. Questões de Concursos	613
14. Quadro Sinótico.....	615

Capítulo XVII

CONTRATOS DE ADESÃO	617
1. Conceito legal.....	617
2. Interpretação contra o estipulante.....	617
3. Cláusula de eleição de foro em contrato de adesão.....	619
4. Cláusulas que limitam direitos dos consumidores.....	620
5. A prevenção e o tratamento do superendividamento: arts. 54-A e seguintes do CDC	621
6. As questões relativas à conciliação no superendividamento	632
7. Questões de Concursos	636
8. Quadro Sinótico.....	637

Capítulo XVIII

DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	639
1. Interesses ou direitos difusos	640
2. Interesses ou direitos coletivos	640
3. Interesses ou direitos individuais homogêneos	641
3.1. Legitimação do Ministério Público.....	642
3.1.1. Interesse ainda que disponível	643
3.1.2. Interesse social.....	644
4. Legitimação concorrente	645
4.1. Os Procons podem figurar no polo passivo das lides?	651
5. Estímulo à efetividade: admissibilidade de todas as espécies de ações	653
5.1. Questões relativas às tutelas específicas	654
5.2. Questões relativas às custas, honorários periciais e outras despesas	658
5.3. Questões relativas à denúncia da lide	659
5.4. Questões relativas ao diálogo das fontes	660
6. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos.....	661
6.1. A liquidação e a execução da sentença	664

6.1.1. A questão do <i>fluid recovery</i>	666
6.2. Execução da sentença: direitos individuais homogêneos	667
6.2.1. É possível executar no domicílio da vítima?	667
6.2.2. Legitimidade do Ministério Público para execução da sentença coletiva	668
6.2.3. Prescrição para a execução individual da sentença coletiva	668
7. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.....	668
8. Da coisa julgada.....	672
8.1. Os efeitos da sentença – no caso de interesses individuais homogêneos relacionados a relações de consumo – limitam-se à competência territorial do órgão julgador?.....	677
9. Questões de Concursos	679
10. QUADRO SINÓTICO	679
QUESTÕES DIVERSAS.....	681
BIBLIOGRAFIA.....	685
Anexo I	
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	693